A primeira república brasileira e os projetos relativos à ética do trabalho¹

Guilherme Fernandes Reis das Chagas²

RESUMO

O presente artigo propõe compreender a construção da ética do trabalho no Brasil, na chamada Primeira República. A posição estratégica adotada pelos projetos republicanos, liberais e positivistas na construção do Estado Nacional, tem no trabalho o ponto nodal no processo de formação do conceito de cidadania no espaço público, diferente do passado colonial, considerado responsável pela imobilidade da nação. A crítica ao não-trabalho ganhará intensidade, condenando aqueles que não se encaixam na ética construída pelos projetos do poder, ou os que buscam construir um novo conceito de trabalho, uma identidade operária pelas classes trabalhadoras, mesmo sendo dissonantes entre elas. A discussão pretendida neste artigo tem, como um dos principais objetivos, elucidar o caráter processual do trabalho, principalmente para compreender o início da ideia de trabalhismo no Governo Provisório de Getúlio Vargas.

Palavras-chave: Ética do trabalho. Identidade operária. Estado Nacional.

ABSTRACT

This article aims to enable a better understanding of labour ethics construction process in Brazil, during the historical period called 'Primeira Republica'. The strategy adopted by the Republican, Liberal and Positivist projects, along the National State constitution process, is assumed to have, in this article, a primary role in formation process of the concept of citizenship in the public space, differently from colonial past, when it was considered the responsible for the nation immobility. The criticism to unemployment or 'non-work' tends to increase in intensity, by the condemnation of those who are incompatible with the models of ethics built up by the projects of the power, or by those who look forward the construction of new concepts of labour, a new identity for labour classes, even though dissonant amongst them. The discussion brought up by this article targets to clarify the transformational nature of the concepts of labour, and most importantly, to clarify the initial idea of labourism during the provisory government of Getúlio Vargas.

Key-words: Labour ethics. Identity for labour classes. National State.

Os ideários republicanos e a questão do trabalho

Identificar o processo originário do movimento organizacional dos trabalhadores no Brasil é uma tarefa árdua, extensamente estudada e objeto de constantes dissonâncias. Podemos determinar em um primeiro momento o processo tardio, visto que as insurgências operárias já haviam adquirido uma vasta experiência na Europa, enquanto aqui, o país começava a se desvincular de seus laços coloniais escravistas no final do século XIX. Em um segundo plano, podemos caracterizar a peculiaridade desse contexto histórico inédito, um

¹ Este artigo é referente ao primeiro capítulo da Iniciação Científica (Bolsista PIBIC-CEPE PUC-SP 2012/2013), sob o título de **Os trabalhadores no início da década de 30**: a construção de um arquétipo pela Revista Light.

² Mestre em História pela Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP. E-mail: gui_chagas@hotmail.com

Estado republicano em formação com diversos projetos em pauta, novos personagens sociais em destaque, com resquícios de concepções e formas tradicionais; choques de ideários e discursos entrelaçados. Embora exista uma dificuldade em demarcar com clareza as diferenças dos traços republicanos e suas contraposições, podemos assinalar a tendência positivista – o fim do império tiraria o país do atraso de seus laços coloniais, rumo a um Estado forte e avançado – e os liberais, que acreditavam que a república possibilitaria a diversificação da aplicação do capital, formação do mercado de trabalho com o imigrante europeu e a livre concorrência. (BRESCIANI, 1993, p. 124).

O trabalho³, no mínimo, conceitualmente, ganha perspectivas novas, relações duradouras em crise dão espaço para propostas inseridas na construção de um novo cenário político. Pensar o trabalhador como agente social, mesmo com finalidades distintas – elevação moral para os positivistas, sinônimo de grandeza e glória, encabeçado por Saddock de Sá, ou a manifestação dos direitos na participação representativa para os socialistas (GOMES, 2005, p. 42) – é uma das questões em aberto na virada do século, em momentos em que o conceito de povo e trabalhador começa a confundir-se. Se antes, na sociedade escravocrata, o trabalho era compreendido como símbolo de degradação, no mundo republicano ele ganha relevância decisiva, tanto para o trabalhador, procurando se representar, quanto para elite brasileira, que compreende nele a possibilidade do progresso do Estado Nacional centralizado; os novos ideários procuram legitimar projetos antagônicos ao império, se fortalecendo na oposição do mundo imóvel, parado no tempo histórico, afastado do progresso (BRESCIANI, 1993). Tanto para os positivistas quanto para os liberais o Estado Monárquico é instável e ultrapassado; para o liberalismo, a ação consciente dos homens, através da instrução do povo, possibilita a iniciação à participação política; para os positivistas, há leis sociais fixas que independem da vontade humana individual, mas a organicidade da sociedade, os homens individualizados na constituição de algo maior como a configuração coletiva, asseguram o progresso histórico, o domínio e o controle do sentido da História (BRESCIANI, 1993, p. 128). O que nos é pertinente no meio dessas propostas republicanas é a noção de trabalho: por mais distintas escolhas, o trabalho é responsável, para ambas, em colocar o projeto civilizador em prática e garantir o progresso histórico social nacional.

³ Tanto o trabalho quanto o trabalhador, designados na pesquisa, correspondem as novas atividades urbanas que ganham importância durante a Primeira República; mesmo compreendendo que a maioria da população brasileira está vinculada à agricultura.

Evidentemente, não devemos omitir do cenário discursivo de caráter continuísta de uma república liberal excludente, essencialmente agrária e limitadora dos direitos políticos. Maria Célia Paoli (1989), ao retomar Azis Simão, aponta que a transição do escravismo para o trabalho assalariado no Brasil, foi feito dentro de uma *ordem privada de trabalho*, ou seja, o direito e as arbitrariedades patronais não eram tão distintos do período escravista, passando por um ajuste informal, mantendo a imutabilidade autoritária no mundo do trabalho (PAOLI, 1989, p. 44). Mas os republicanos, ao pensarem no projeto civilizador, deparam-se com a questão do trabalho na pauta política e do direito de cidadania, como aponta Maria Stella Bresciani:

Este projeto civilizador, estruturado sobre uma aspiração de representação e participação políticas restritas aos grandes proprietários, sofre um embate ao ter que enfrentar, a partir da metade do século, a questão do trabalho. Tal como nos Estados Unidos e em outras antigas colônias europeias, o debate em torno do trabalho escravo ou trabalho livre coloca-se como cerne dos problemas econômicos e políticos, tornando indispensável pensar a necessidade de regenerar o trabalho aliada ao direito à cidadania para o trabalhador. (BRESCIANI, 1993, p. 124).

Como já comentado, o trabalho no período colonial é considerado aviltante, uma desonra, limitada ao escravo, símbolo de degradação social.⁴ Mas no processo republicano desde o final do século XIX, o trabalho torna-se fundamental para desenraizar-se dos laços de um passado recente de atraso, colocando o trabalhador branco livre como autor central do progresso (GOMES, 2005, p. 46). Na República, o tema trabalho é pautado na preocupação de organizar uma sociedade sadia e próspera, muitas vezes encabeçada pela lógica científica médica. Regenerar o indivíduo através do trabalho, afastando-o dos vícios é um dos pontos fundamentais que alicerçam o tema, centro de discussão entre os parlamentares ainda no final do império; associa-se o não trabalho à periculosidade social, responsabilidade do indivíduo incapaz de acumular riquezas, pobre, procedimento característico da ausência da virtude moderna, fértil ao comportamento vicioso, como demonstra Sidney Chalhoub (1996) em sua análise sobre as classes perigosas:

⁴ Aqui vale uma ressalva sobre o trabalho antes da República: temos uma indústria têxtil incipiente no Brasil, onde a mão-de-obra era formada basicamente por menores e mulheres pobres, além dos demais trabalhadores livres. Porém, o conceito trabalho ainda é constituído pelo paradigma da incumbência obrigatória proveniente do mundo colonial. (VERSIANI, 1996).

Desta forma, o indivíduo que não consegue acumular, que vive na pobreza, torna-se imediatamente suspeito de não ser um bom trabalhador. Finalmente, e como o maior vício possível em um ser humano é o não-trabalho, a ociosidade, segue-se que aos pobres falta virtude social mais essencial; em cidadãos nos quais não abunda a virtude, grassam os vícios, e logo, dada a expressão “classes perigosas e viciosas” (sic), vemos que as palavras “pobres” e “viciosas” (sic) significam a mesma coisa para os parlamentares. (CHALHOUB, 1996, p. 22).

É a construção de uma nova ética relativa ao trabalho, distinguindo-o das classes perigosas dentro do mundo industrial que se elabora; aquele segue seus princípios, se enquadra na ordem social:

É, portanto, em torno da noção de trabalho que se inicia a distinção entre “bons cidadãos” (sic) e “classes perigosas” (sic) nas sociedades capitalistas. O trabalho vem impregnado de uma conotação positiva, associada àquele que incorpora a ética do trabalho: o “bom operário” (sic), laborioso, poupador, enquadrado numa perspectiva de ascensão social e, sobretudo, ordeiro. (BATALHA, 1991-1992, p. 119).

Temos ainda, como também já mencionado no texto, o trabalho associado à busca pela realização moral, encabeçado principalmente pelo ideário positivista. Procurarei rapidamente discutir a construção do protótipo do perfil do trabalhador presente nas décadas iniciais do século XX no Brasil, para ajudar a compreender a força com que o trabalhismo varguista se compõe nos anos 30.

A construção da ética do trabalho

Embora não seja tema de estudo nesta pesquisa, é imprescindível compreender alguns pontos centrais para a valorização do trabalho, vinculados a Escola Positiva no Brasil. Luis Ferla (2009) em seu: “Feios, sujos e malvados sob medida”, de 2009, nos evidencia um campo propício no Brasil para o sucesso do cientificismo determinista proveniente da Europa. Com o crescimento populacional e urbano das cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, as tidas classes perigosas aumentam em demasia, não apenas pelo fim da escravidão, mas também pela chegada de imigrantes. O imigrante, a princípio, dentro dos projetos republicanos, representa o pedagogo, a referência do homem moralizado e trabalhador, características não atribuídas ao indivíduo nascido no Brasil (BRESCIANI, 1993, p. 125). Os projetos em pauta na formação do Estado Republicano, tanto os positivistas quanto os

liberais, creem no trabalho como progresso civilizatório; a falta de iniciativa popular não era culpa do povo, mas do período de submissão à metrópole portuguesa, uma “profunda e absoluta ignorância em que vivia a maior parte da nação” (BRESCIANI, 1993, p. 131). É imprescindível para os republicanos a vinda de imigrantes, protótipos do trabalho no mundo moderno; é a idealização da ética do trabalhador já formada, consciente das suas funções: uma “excepcionalidade” para os liberais, e uma “anomalia” para os positivistas, porém necessária para a construção do povo nação, consciente e instruído (BRESCIANI, 1993, p. 133). Como aponta Ferla (2009), as elites brasileiras, que em um primeiro momento consideraram a imigração um projeto de formação da civilidade, branqueamento da população, começam a perceber o fracasso já que muitos consolidaram os movimentos operários, considerados subversivos, difamadores da ordem, inimigos da paz social (FERLA, 2009, p. 52-53). Essa mudança altera diretamente a relação que o Estado mantém com o estrangeiro urbano, deportando aqueles considerados de conduta nociva ao convívio social.⁵

Para compreender e organizar a heterogeneidade dos centros urbanos nas primeiras décadas do século XX, justificar as medidas diretivas contra despossuídos ou desordeiros, o Estado se pautaria no processo de formação do mercado de trabalho; resgatar a concepção do trabalho como elevação moral e regeneração social, roteiro já presente na discussão no início da República brasileira, principalmente pelos positivistas. O controle e a disciplina entram em cena e fundamentam o perfil do trabalhador urbano:

Na organização do mercado de trabalho urbano, a disciplinarização de grandes contingentes de despossuídos segundo as regras do assalariamento emerge como uma das questões centrais a serem enfrentadas na constituição de uma ordem urbana-industrial. Aí, sem dúvida, colocam-se as questões relativas à necessidade de conhecer, organizar e controlar as condições de reprodução da força de trabalho ativa. No entanto, acima destas, ressalta, as preocupações e problemas relativos à necessidade de identificar, conhecer e controlar um vasto contingente de despossuídos que se estabelece na cidade no qual estão também incluídos os trabalhadores ativos, bem como as “classes perigosas” (sic). (CRUZ, 1987, p. 117).

Para embasar esse controle, buscando uma ética do trabalho, seria usado teoricamente o estudo científico, como mostra Ferla (2009), através de critérios médicos como a biotipologia, além das práticas repressivas do aparato policial que também se formam no

⁵ “Até 1930, cerca de mil pessoas foram deportadas, na sua maioria, trabalhadores e militantes sindicais. Observa-se inclusive uma correlação quase direta entre o nível de expulsões – concentradas nos anos de 1907, 1913 (data do segundo Congresso Operário), 1917 e no período 1919-1920 – e o nível de agitação operária.” (BARBOSA, 2008, p. 247).

interior desse processo de urbanização e do fortalecimento da indústria (FERLA, 2009, p. 240). O controle inspirado no pressuposto positivista que estrutura a medicina no Brasil, rompe com a lógica do livre-arbítrio do indivíduo, ideia da Escola Clássica; para compreender a sociedade, a Escola Positivista partirá do método da compreensão à partir de uma série de medidas biológicas, sendo as ações tidas como antissociais, resultados de uma patologia detectável pela medicina legal:

A perspectiva positivista se apoiava nas ciências naturais, com destaque para a medicina e a biologia, para dar conta do mundo social. A denúncia sistemática da ilusão na liberdade individual e a consequente negação da existência do livre arbítrio depositavam no determinismo biológico cientificamente legitimado as chaves para a compreensão do funcionamento e das disfunções da sociedade. (FERLA, 2009, p. 55).

A perspectiva médica, por meio do estudo biotipológico do indivíduo, compreende o trabalhador como objeto de estudo para entender as possibilidades de desenvolvimento da aptidão de cada um; decifrar a peculiaridade de cada energia humana ajudaria a repartir acertadamente cada trabalhador na função mais potencialmente promissora. O discurso biodeterminista procura alcançar a lógica do indivíduo dentro da coletividade, do desenvolvimento do todo, deixando à margem as escolhas do ser, sua vontade, sua autonomia (FERLA, 2009, p. 255-257). O trabalho deixa de ser uma escolha individual, própria do sujeito que entende suas possibilidades, para ser uma sincronização de um padrão de trabalho que interesse a lógica industrial liberal.

No mesmo texto citado anteriormente, Heloísa de Faria Cruz (1987) traz um ponto crucial na relação repressiva que compreende a formação do homem trabalhador da cidade; segundo a autora, a repressão policial, principalmente no início da sua formação no período (1890-1915), não separa as classes perigosas do movimento operário, ou seja: “é no universo policial que se criminaliza e reprime a vadiagem e que se pensa a assistência aos desocupados da cidade, que também são pensadas e se constituem as práticas repressivas ao movimento operário” (CRUZ, 1987, p. 119).

Aos poucos, por meio da concepção do trabalho, a sociedade separa-se entre o protótipo do trabalhador normal, vinculado a ordem liberal estabelecida, responsável individualmente pela própria segurança e fortalecimento de seus direitos num mercado de trabalho livre (BARBOSA, 2008, p. 240); e o desocupado, sendo este, tanto o marginalizado, o despossuído, ou o subversivo, responsável por cooptar a classe trabalhadora. Delimitar é

não apenas organizar a sociedade de acordo com um critério não neutro, mas formar um modelo a ser seguido, através do ordenamento do trabalho, da disciplina do corpo imposta pelo ambiente fabril; temos um padrão ético a ser adotado, por meio da proposta do ideal do trabalhador que começa a ser determinado. Percebemos claramente no discurso de Washington Luís, prefeito da cidade de São Paulo, entre 1914 e 1919, sobre a região da Várzea do Carmo, a relação incômoda com as classes não ordenadas:

É aí que, protegida pelas depressões do terreno, pelas voltas e banquetes do Tamanduateí, pelas arcadas das pontes, pela vegetação das moitas, pela ausência de iluminação se reúne e dorme e se encachoa, à noite, a vasa da cidade, em uma promiscuidade nojosa, composta de negros vagabundos, de negras edemaciadas pela embriaguez habitual, de uma mestiçagem viciosa, de restos inomináveis e vencidos de todas as nacionalidades, em todas as idades, todos perigosos. É aí que se cometem atentados que a decência manda calar; é para aí que se atraem jovens estouvados e velhos concupiscentes para matar e roubar, como nos dão notícia os canais judiciários, com grave dano à moral e para a segurança individual, não obstante a solicitude e a vigilância de nossa polícia. Era aí que, quando a polícia fazia o expurgo da cidade, encontrava a mais farta colheita. (SOUZA *apud* SANTOS, 2000, p. 4).⁶

Ou, como incômodo ao trabalhador honesto, o cortiço simboliza o berço do vício e da imoralidade, como representado no texto do prefeito carioca Barata Ribeiro, citado por Chalhoub (1996):

Alimenta-os a lubricidade do vício, que se ostenta impudonorosa (sic), ferindo os olhos e os ouvidos da sociedade séria que deles se aproxima, e a miséria andrajosa e repugnante, que faz da ociosidade um trono, e por um contraste filho das circunstâncias peculiares à vida das grandes cidades, ao lado (...) do vício e do lodaçal impuro do aviltamento moral, está também o leito do trabalhador honesto, que respira à noite a atmosfera deletéria deste esterquilínio de fezes (RIBEIRO *apud* CHALHOUB, 1996, p. 51).⁷

O ordenamento progressivo do cidadão não se restringia somente dentro da lógica do trabalho instituído, afastado da marginalidade; a construção do perfil do trabalhador é um conglomerado de medidas que não se limitavam a vida dentro do espaço de trabalho, mas alcançavam todo o meio operário. A idealização da forma de ser do trabalhador atingia o modo de viver do homem urbano, seu lazer e suas atividades sociais.

Por fim, basta ao trabalhador se organizar em busca do reconhecimento como cidadão do espaço urbano, reavaliar a construção de um mundo ético que se forma por fora, mas

⁶ Washington Luís encontra-se em Carlos José Ferreira dos Santos, (2000).

⁷ Trecho da descrição de Barata Ribeiro, prefeito do Rio de Janeiro (1891-1893).

impõe sua força em seu cotidiano. É contra a unilateralidade dos padrões e dos mandos privados, provenientes de uma elite que conserva seus laços coloniais, muito embora busquem seu rompimento, que o mundo do trabalho é formado; nas relações de forças, pelas greves, protestos, boicotes, enfim, no campo político:

Os atos de brutalidade contra "cidadãos que a polícia não gosta", tão conhecidos até hoje, são portanto registrados desde o final do século passado e completam o quadro do paternalismo privatista, da assistência benemerita e da inoperância de regulamentos contratuais. Da figura do trabalhador pobre, comum, criminalizável por princípio, até as repressões violentas contra as tentativas de organização e ação coletiva de protesto operário — de resto, necessariamente explosivo como forma de aparecimento (mesmo que não o fosse como prática) - surge um retrato de sociedade questionada pelo transbordamento de suas fronteiras de consenso e de conflitos regulamentáveis, pelos inéditos reclamos de inéditos direitos sociais. (PAOLI, 1989, p. 48).

O que nos chama a atenção é que o conceito ético que começa a se enraizar na moralidade da sociedade industrial brasileira em formação, se fortalece nas décadas seguintes; estruturando a formação do Ministério do Trabalho em 1930, sendo um dos pilares comportamentais relativos à elaboração do arquétipo do trabalhador, situação já presente no Governo Provisório de Getúlio Vargas.

Discussões historiográficas sobre a classe trabalhadora no Brasil

Dentro da historiografia e da produção sociológica, várias frentes surgiram buscando compreender os êxitos e indefinições da organização da classe trabalhadora no Brasil. Desde os primórdios da Primeira República, passando pelo governo getulista, muitas vezes os estudos apontam a fragilidade do operariado em se organizar como classe autônoma, como protagonista, sem subordinar-se ao Estado, distanciando-se de uma efetiva consciência de classe (PAOLI, 1983, p. 139); em outro momento é a tradição ruralista tanto do país, quanto dos imigrantes que formariam a base do operariado, que indicam a dificuldade da consciência classista, especialmente na ausência de uma experiência operária ativa e precisa. Independentemente do desenvolvimento da historiografia brasileira sobre o operariado, não podemos esquecer os apontamentos primordiais de E. P. Thompson (2002b) em seu estudo sobre a classe operária inglesa: a polissemia das classes trabalhadoras, ou seja, a diversidade de seus sujeitos, o que nos leva a considerar tudo no plural; e, principalmente, que “a classe operária formou a si própria tanto quanto foi formada.” (THOMPSON, 2002b, p. 17-18). A

diversidade dos trabalhadores no Brasil é latente, temos desde o operário-artesão aos empregados de empresas estrangeiras de grande porte, como a canadense *Light*, o que nos impõe uma realidade vaga ao denominar todos como classe de trabalhadores; temos que entender os laços sociais que evidenciam o papel do indivíduo no contexto histórico, dando o caráter de identidade ao conjunto:

Se detemos na história num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observarmos padrões em suas relações, suas ideias e instituições. A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, essa é sua única definição. (THOMPSON, 2002a, p. 12).

Como demonstra Thompson (2002a), a classe é uma formação social e cultural presente em uma constituição histórica de transformação, peculiar da dinâmica daquele regime de historicidade, ou seja, a classe não é uma estrutura estática e componente da estrutura social aplicável em qualquer circunstância (THOMPSON, 2002a, p. 11). Parece fundamental lembrar constantemente essas considerações ao pensar a identidade operária brasileira; seu processo de formação é concebido por diversos ideais que sofrem ininterruptas transformações e influências do movimento operário no cotidiano, nos ganhos e perdas, da pluralidade das experiências advinda dos imigrantes e das interferências do Estado e da elite empresarial, muitas vezes, através de ações repressoras.

A princípio temos a recorrência sobre a discussão da participação política das demais classes, ausentes no período colonial, tanto por aqueles que angariam sua existência no cenário de decisões: os trabalhadores, como também pela perspectiva liberal, ansiosa por se desvencilhar por completo do mundo ultrapassado, para enfim, embarcar no progresso característico do pensamento do século XIX. Imprescindível nesse momento é compreender de que forma se pensa a representação dos trabalhadores; que meios seriam necessários e utilizados; que propostas estariam em pauta, logo, na Constituição de 1891, em especial onde encontrarmos nesse momento a proximidade entre o ideal de cidadania e a classe trabalhadora. Algumas possibilidades estão na formação de uma associação partidária que se estrutura na conjunção entre a integração política e as resoluções sociais:

O grande objetivo dos trabalhadores é a resolução da questão social, entendida como a questão das necessidades do povo. Entretanto, sem política não se resolve a questão social, como já ficara demonstrado com o episódio da escravidão. As

reformas sociais desejadas só poderiam vir através das leis e estas só se fariam com a existência de mais representantes da classe trabalhadora. (GOMES, 2005, p. 49).

Fundamenta-se a ideia de que para o trabalhador conseguir solucionar as dificuldades sociais vividas objetivamente, deve, por meio de uma frente partidária, defender politicamente sua integração no mundo das realizações públicas. Especialmente nesse momento oportuno de formação do Estado Republicano, a discussão paira sobre a inclusão dos assuntos relativos diretamente em seu cotidiano – resoluções dos problemas de trabalho e melhoria nas condições de vida.

A virada para o século XX é o momento de grandes debates e reavaliações das incipientes organizações operárias; período de discussão das mudanças e continuidades no conteúdo das propostas, ao mesmo tempo, acentuam-se as divergências e intensificam-se as oposições ideológicas. Temos, já em 1902, o II Congresso Socialista Brasileiro em São Paulo, com o intuito de criar o Partido Socialista Brasileiro, de um lado, e do outro, o crescimento do ideário anarquista, que aos poucos fortalece não apenas seu conceito entre os trabalhadores, mas ajuda a própria classe a pensar nas suas formas de organização. O I Congresso Operário no Rio de Janeiro de 1906 é reconhecidamente um marco de elevação do anarquismo, que determinaria diretamente o movimento operário pelo menos até os anos iniciais da década de 20.

Política e participação dos trabalhadores

“Este Estado não é uma nacionalidade; este país não é uma sociedade; esta gente não é um povo. Nossos homens não são cidadãos” (TORRES, 1933, p. 297).

I

A possibilidade real de uma República na construção de um mundo coletivo permeado de pluralidade, liberdade de escolha e decisões em conjunto, parecem distantes da realidade vivida nos anos após sua proclamação no Brasil. Políticas de integração dos vários setores sociais, a possibilidade de participação e reivindicação aceitas e reservadas, seriam necessárias para a construção de um espaço comum de seres individuais. Mas como estamos acompanhando, a construção do possível espaço coletivo passa pela vontade unilateral, mantendo muitas vezes a estrutura hegemônica proveniente do sistema monárquico,

principalmente no que se refere a mobilidade social e sua clara chance de agir publicamente como cidadãos.⁸ A peculiaridade da dinâmica da história republicana brasileira nos propõe um desafio, entendida principalmente pela existência do contraponto nos movimentos operários, que mesmo em lutas e processos de transformação, são entendidos como afastados da elite dominante, ou podem “fundamentar a legitimidade republicana como interrogação que se enraíza nos próprios movimentos e lutas da sociedade” (PAOLI, 2003, p. 173). Parece fundamental aceitar esse paradigma ao analisar esse novo mundo que se forma, principalmente compreendendo a sociedade republicana que se move e se reinventa constantemente, principalmente pela existência do conflito, mesmo que seja repreendido constantemente. Como aponta Maria Célia Paoli (2003), é um desafio, que necessita abarcar não apenas as ações institucionais, mas ficar atento as tensões das experiências sociais que surgem em todo lugar:

Na crítica a esse vazio e nos caminhos de suas recomposições comunicativas, situa-se o desafio historiográfico e sociológico brasileiro, sobretudo porque deles depende a possibilidade de existir uma própria história republicana brasileira. Ela está sujeita à construção de narrativas bem fundadas que atem, direta ou indiretamente, os fios da história institucional com os dissensos e negociações sugeridos das experiências sociais na formação da nação moderna, capaz de abrir todo um outro lugar para seus conflitos. (PAOLI, 2003, p. 173-174).

II

As primeiras propostas de representação dos trabalhadores encontram-se dentro da concepção de participação no novo mundo público; é representar e fazer valer seus direitos de classe; um novo regime de trabalho não pode ser pensado sem uma nova forma de participação política dos trabalhadores na nova Constituição republicana de 1891. Uma cidadania operária é a centralidade da discussão entre as incipientes associações dos trabalhadores de base socialista, muito mais voltada a resolução das questões sociais do que a interferência nos assuntos não operários, estas de responsabilidade dos bacharéis, segundo o jornal operário *Echo Popular*, de 1890, como já comentou Ângela de Castro Gomes (2005, p.

⁸ Como aponta mais uma vez Maria Célia Paoli (2003), ao retomar Azis Simão: “Queriam manter uma hierarquia privatista de privilégios de representação de interesses fechada em seu próprio círculo e, simultaneamente, empreender o projeto de uma modernidade urbana, social e cosmopolita. Isso fica muito claro sobretudo no mundo do trabalho em formação, regido ao estilo chamado por Azis Simão de ‘matriz privada de autoridade’, em que o próprio contrato de trabalho, quando existente, era interpretado e exercido na referência da dominação privada e frequentemente pessoalizada.” (PAOLI, 2003, p. 176).

49). O manifesto-programa criado por esse jornal, esclarece bem as finalidades que fundamentam a criação de um primeiro partido socialista brasileiro para defender apenas socialmente o operariado:

Até agora as classes operárias, ou mal representadas ou não representadas absolutamente nas Assembleias Legislativas, têm sido postas inteiramente de lado; o seu auxílio, aliás importantíssimo, há sido invocado, e mesmo assim sob pressão ou coação, em geral para servi as ambições e aos interesses pessoais de políticos, e por conseguinte os interesses desta importante classe foram até hoje sacrificados por falta de organização e independência necessária para fazer valer os seus direitos e regalias, até agora inteiramente ignorados e até desprezados.

Resolveu-se formar, e formou-se nestes últimos dias o Partido Operário sobre base sã e sólida. Partido, que, evitando tudo quanto possa originar anarquia ou sedição, tem por fim somente o melhoramento e bem-estar das classes menos favorecidas da fortuna, a conservação e ampliação dos direitos cívicos de cada cidadão pertencente a esta importantíssima classe, e o progresso e engrandecimento deste país – a grande República dos Estados Unidos do Brasil. (ECHO POPULAR *apud* CARONE, 1984, p. 301).⁹

Como acompanhamos no trecho acima, os direitos cívicos compreendidos no período, são aqueles relativos ao melhoramento da classe operária, o que não implica o envolvimento do operariado na composição do organismo político em todas as esferas, mas apenas aquelas que interferem no bem-estar do seu meio; é tanto se representar quanto contribuir para o encadeamento progressivo do desenvolvimento republicano já assentado.

Embora tenha eliminado a renda para o voto, manteve a alfabetização como exigência na Constituição de 1891; entretanto, para se tornar alfabetizado era necessário possuir o acesso ao direito da educação básica, preservando a imobilidade social dos tempos da colônia, como aponta José Murilo de Carvalho:

A exclusão dos analfabetos pela Constituição republicana era particularmente discriminatória, pois ao mesmo tempo se retirava a obrigação do governo de fornecer instrução primária, que constava do texto imperial. Exigia-se para a cidadania política uma qualidade que só o direito social da educação poderia fornecer e, simultaneamente, desconhecia-se este direito. Era uma ordem liberal, mas profundamente antidemocrática e resistente a esforços de democratização. (CARVALHO, 1987, p. 45).

Alguns dados levantados e analisados por Murilo de Carvalho em “Os três povos da República”, de 2003, nos ajudam a compreender de que modo e como se manifestavam as classes sociais na vida pública na Primeira República, seja na nova forma determinada, pelo

⁹ Echo Popular, órgão das classes operária, industrial e comercial, Capital Federal, 29.4.1890, retirado de Carone (1984).

voto, não mais censitário, mas como critério os alfabetizados maiores de 21 anos, ou de maneiras distintas das autorizadas e estipuladas pelo Estado. Pela perspectiva das estatísticas levantadas por estudiosos da época, como Gilberto Amado (1926) e Silvio Romero (1906), do censo de alfabetizados daquele Brasil, ou das características de um sistema eleitoral corrupto e reduzido, fica concluído de que há uma ausência decisiva da população na vida pública, o que levou muitos autores a afirmar à ausência de um povo político que manteve alheio, alijado de participação, limitado a esfera privada: “De qualquer modo, a conclusão que se pode tirar dos dados apresentados era que o eleitorado, o povo das eleições, o povo político oficial, por si só, era incapaz de constituir qualquer ameaça ao sistema” (CARVALHO, 2003, p. 107).

Entretanto, como afirma o autor, há o povo que passa despercebido das estatísticas ou do censo eleitoral, existente desde o período regencial nas brechas abertas nos entraves das elites: o povo ativo que reagia frente às medidas oligárquicas na consolidação da República (CARVALHO, 2003, p.107). Num contexto industrial e econômico, impulsionado pela chegada dos imigrantes e, conseqüentemente, o crescimento do número de atividades ligadas à cidade – construção civil, energia elétrica, o aumento extraordinário do consumo das indústrias básicas, como a têxtil, de alimentos, entre outros¹⁰ – o trabalhador torna-se esse povo ocultado na análise de uma cidadania constitucional, especialmente em São Paulo e na Capital Federal. O *ingrediente novo*, salientado por José Murilo de Carvalho (2003), é justamente a experiência operária que busca nas reivindicações do cotidiano trabalhista, agir politicamente fora do domínio moderado:

As greves operárias constituíram ingrediente novo, gerado no bojo da abolição da escravidão e do aumento da imigração estrangeira. A população operária era pequena mas salientou-se pela agressividade, sobretudo na cidade de São Paulo e na capital federal. Pequeno e dividido em várias tendências, que iam do governismo ao reformismo e ao anarco-sindicalismo, o movimento operário teve que enfrentar ainda a falta de tradição de organização e a ação repressora dos governos e dos patrões para defender os interesses da classe. (CARVALHO, 2003, p. 108).

Por mais que muitos movimentos operários, como os anarquistas e os anarco-sindicalistas, fossem frontalmente contra a participação política - como aponta José Murilo de Carvalho (2003) - ou tivessem grandes divergências sobre as finalidades do partido – conforme veremos adiante – não podemos despojar a experiência ganha devido à ação no

¹⁰ Ver Ribeiro (1996).

espaço público ocasionada pelas organizações operárias; se entendermos aqui a ação como coexistência da política¹¹, concluiremos as medidas operárias, mesmo distintas, como um ponto alto na vida política no Brasil da Primeira República.

O escasso impacto político do movimento operário provinha do próprio sistema oligárquico, apontado por Murilo de Carvalho (2003), justamente pelos meios políticos instituídos; a nulidade de interferir nas decisões públicas por vias normatizadas, impedidos por aqueles que detêm a dinâmica do jogo político. O que devemos reforçar é que mesmo na impossibilidade de influência direta, os trabalhadores, o povo ativo, incomodam a estrutura dominante por meio de suas constantes estratégias, sejam as opções diferentes de greves, boicotes, sabotagens (SEIXAS, 2004), mas, principalmente, por meio da experiência adquirida por consequências de suas atuações, as complexidades nos enfrentamentos e nos acordos, dificilmente mensuráveis e apreensíveis; é como aponta Jacy Alves de Seixas (2004) ao pensar o estudo sobre o movimento operário na Primeira República:

Uma reflexão final de cunho historiográfico e estético impõe-se. Ela parte da constatação de que a história operária e dos grupos subalternos, em geral, exprime-se sobretudo sob formas barrocas: descontinuidades, movimentos bruscos e inesperados, vazios, tensões e choques entre zonas de luz e de sombra; e, também, continuidades, equilíbrio e unidade que se constroem apenas a partir da consideração do conflito e de sua radicalidade. (SEIXAS, 2004, p. 154).

O que procuramos discutir é a aproximação de uma classe dominante que constrói o conceito de trabalho como o propulsor do crescimento da civilização moderna, com o conjunto de manifestações próprias do espaço público fomentadas pelo novo mundo do trabalho em formação. É justamente por meio do trabalho urbano que os operários viriam ter a possibilidade de se reconhecerem como indivíduos em condições iguais¹²; relegados à mesma configuração social¹³; partiria daí a possibilidade organizativa para a busca do reconhecimento não meramente de ganhos relativos ao cotidiano do trabalho, mas nas ações políticas da cidade. O trabalhador expressa sua liberdade e autonomia na medida em que

¹¹ “A ação, portanto, não apenas mantém a mais íntima relação com o lado público do mundo, comum a todos nós, mas é a única atividade que o constitui.” (ARENDDT, 2007, p. 210).

¹² Igualdade não é utilizada no sentido de homogeneidade, mas usada no conceito construído por Hannah Arendt (2007): “No homem, a alteridade, que ele tem em comum com tudo o que existe, e a distinção, que ele partilha com tudo o que vive, tornam-se singularidade, e a pluralidade humana é a paradoxal pluralidade dos seres singulares” (ARENDDT, 2007, p. 189).

¹³ Embora seja um momento de existência de vários centros, ligas, diferentes trabalhadores organizados por ofícios ou ocupações, as reivindicações e os problemas comuns do trabalho, o levavam a igualdade pelo descontentamento da espoliação sofrida, mesmo com a heterogeneidade e complexidade do operariado brasileiro. Ver Barbosa (2008, p. 242).

busca reivindicar e direcionar medidas combativas que dizem respeito aos seus problemas como classe; e, o fortalecimento da cidadania pelo próprio trabalhador, graças as suas ações na esfera pública.

Todos esses ganhos de experiência ao longo da Primeira República, desde as primeiras formas das organizações operárias, até os distintos ideais promovidos pelos trabalhadores nos últimos momentos da década de 20, serão fundamentais nas grandes mudanças provocadas pelo Estado Getulista logo nos primeiros anos do Governo Provisório; entender os vários projetos que envolvem a ética do trabalho, das mais variadas classes sociais, seja da empossada pelo poder político e econômico, ou, das diversas propostas dos trabalhadores, é essencial para compreender a intrincada relação trabalhista que se estabeleceria nos anos seguintes.

As identidades operárias: a classe pensando o trabalho

Diferente do que os primeiros socialistas propunham – a ação da classe na disputa política eleitoral, entrando na lógica do Estado - os anarquistas procuram romper radicalmente com o discurso liberal, afastando-se das correntes teóricas predominantes. As práticas assistencialistas e reformadoras, presentes no CPO (Centro do Partido Operário – organização mais ativa até 1893) e estendidas na virada do século com presença efetiva dos socialistas, não seriam aceitas pelos anarquistas. O conceito de política para os socialistas é a legalidade do Estado institucional nesse primeiro momento, nas lutas eleitorais apoiando as propostas em defesa da classe, construindo paulatinamente a consciência do trabalhador, enquadrando-se nos encadeamentos naturais da evolução do socialismo (GOMES, 2005, p. 69). O anarquismo, dentro também de suas dicotomias, em especial nas divergências das ações diretas com os trabalhadores, recusa o prosseguimento da definição de política dos socialistas; para estes, a ação política de nada valia se não houvesse inicialmente a revolução social, uma transformação profunda no homem trabalhador, no indivíduo, antes de se pensar na organização coletiva.

Criar um novo conceito de política na realidade brasileira, desprendendo-se do próprio julgamento operário até então, levaria evidentemente a uma reação das elites brasileiras, pois discordava e rompia com a conjuntura estrutural realizado pelo Estado. Aos poucos, os anarquistas se tornam o inimigo público da ordem e da nacionalidade, muitas vezes atacados e

repreendidos por serem considerados contrários ao país - estrangeiros e terroristas (GOMES, 2005, p. 85); tentava-se desarticular a possibilidade de uma união dos trabalhadores através do discurso contra o estrangeiro violento e antipatriótico.¹⁴ Além de antimilitaristas, os anarquistas contestavam o conceito de pátria em consolidação no Brasil, veiculada aos limites da fronteira, ações cívicas, alistamento militar obrigatório. Com a formação de associações nacionalistas, como a Liga da Defesa Nacional em 1916, além da Liga Nacionalista no ano seguinte, incentivada por Olavo Bilac, a ligação entre nação, pátria e militarismo ganhava maior visibilidade e força (GOMES, 2005, p. 103). A rediscussão sobre a pátria entre os anarquistas não era contra o Brasil, o povo, a terra; mas a não anulação da existência humana universal em relação aos interesses exclusivos da nação. A proposta de uma solidariedade nacional compreendida por Olavo Bilac, fugia da ideia de cidadania como participação política, ou algo parecido, mas sim apenas numa coletividade territorial baseada no nacionalismo patriótico de caráter militar; a ideia do soldado-cidadão (GOMES, 2005, p. 109).

A realização de um novo pressuposto organizativo da classe passa diretamente pela construção de um novo trabalhador, uma ética que não se adequa ao conceito realizado. O projeto pelo procedimento educativo anarquista, compreendendo muitas vezes a cultura como meio a alcançar o trabalhador, e não as meras atividades assistenciais fundamentadas pelos socialistas - juntamente com a criação de linhas de créditos trabalhistas ou bancos para classe - seria uma das medidas fundamentais de ação direta para a construção de uma moralidade própria da classe, emancipando a consciência individual para a coletiva de uma nova identidade operária, fomentada por ela (GOMES, 2005, p. 96). A estratégia anarquista buscava na instrução, por meio da cultura, formar a moral do indivíduo autônomo, capaz de exercer sua vontade, almejar a transformação de uma sociedade autoritária para uma libertária sem violência ou instituições centralizadoras, como o Estado, a Igreja e o Exército (TOLEDO, 2004, p. 42-43).

A função do sindicato também se encontra em grandes debates teóricos entre os movimentos operários. Temos em São Paulo, no início do século XX, uma forte influência anarquista entre as organizações de classe, mas também diferentes ideias e comportamentos que se inspiravam na ação sindical como prática organizativa da classe, como era o caso do

¹⁴ Não podemos esquecer que os primeiros anarquistas estrangeiros no Rio de Janeiro, ainda no final do século XIX, durante o governo de Floriano Peixoto, foram deportados por decretos, como aponta Carvalho (1987, p. 24).

sindicalismo revolucionário exército (TOLEDO, 2004, p. 12). Ambas as correntes procuram representar a identidade operária, mas pensando distintamente as práticas sindicais, como aponta Edilene Toledo (2004) em “Anarquismo e sindicalismo revolucionário”. Ela compreende que:

Enquanto para os anarquistas o sindicato era algo a ser combatido ou instrumentalizado como espaço de propaganda que desapareceria na sociedade futura, assim como todas as outras instituições do mundo burguês, para os sindicalistas revolucionários o sindicato seria a base da sociedade futura, por meio da qual os trabalhadores organizariam a produção e a distribuição das riquezas, substituindo a autoridade e as funções do Estado. (TOLEDO, 2004, p. 14).

Embora haja a diferença central entre o anarquismo e o sindicalismo revolucionário, em alguns momentos existe também uma convergência na atuação junto aos demais trabalhadores, especialmente no que diz respeito à presença de anarquistas em organizações operárias distintas, incompatíveis aos seus pressupostos ideológicos e estratégicos; as federações operárias e os sindicatos são os exemplos mais aparentes. Mais do que compreender as oposições teóricas entre os movimentos, a passagem nos serve para entender as distintas propostas éticas presentes na formação do perfil ativo do trabalhador, tanto na sua formação como sujeito social, quanto nas ações de atuação no seu meio. O esforço de construir e de representar um novo discurso traz ao cenário novos dilemas práticos; o sindicato central e a formação partidária permeiam constantemente as possibilidades de luta na criação da autenticidade do movimento operário.

Os anarquistas compreenderiam o sindicato como possibilidade de levar suas ideias para o maior número de operários, mas resistindo a sindicalização como forma organizativa ideal. O sindicato é incompatível com a proposta anarquista, mas pode ser um meio para emancipar a classe trabalhadora e dar possibilidades de conscientização da sua individualidade, ainda que tenha um fim delimitado. Os anarquistas engajavam-se em exercer, também, influências fora dos sindicatos, com eventos, comícios, festas, geralmente para reparar os ataques sofridos pela propaganda elitista que os responsabilizavam como principais danificadores da ordem dos movimentos operários, autores do banditismo (GOMES, 2005, p. 122-123). Parece-nos relevante mencionar que o movimento anarquista, mesmo dentro de seus desacordos, é o que procura distinguir-se mais inteiramente da lógica sindical, partidária ou dos acordos da ética do trabalho predominante. A análise de Hannah Arendt (2007) sobre o movimento operário e o sindicalismo, mesmo não compreendendo a realidade brasileira,

parece encaixar-se acertadamente a teoria do ideal anarquista em relação aos meios e mecanismos utilizados pelo operariado na Primeira República, principalmente no que confere ao sindicato:

Os sindicatos, que defendem e lutam pelos interesses da classe operária, são responsáveis pela posterior incorporação desta última na sociedade e, sobretudo, pela extraordinária melhora da segurança econômica, do prestígio social e do poder político da classe. Os sindicatos jamais foram revolucionários no sentido de desejarem a transformação simultânea da sociedade e das instituições políticas que a representam; e os partidos políticos da classe operária têm sido, quase sempre, partidos de interesses, em anda diferentes dos que representam outras classes sociais. (ARENDR, 2007, p. 228).

Independentemente da forma organizativa, seja sindical, partidária, o que parece irreversível é o desarraigamento da ética trabalhista predominante, imposta através de uma moral da elite política e empresarial. A medida em que os trabalhadores buscam se aglomerar para agir socialmente, já se manifesta aí a prerrogativa de uma nova identidade, separada da hegemônica, que guarda o operário num mundo ordeiro e legitimado. O que define os trabalhadores, sua identidade como classe, é sua organização, independente de qual tipo seja; é justamente refazer sua identidade já estabelecida pelo capitalismo industrial, respondendo ativamente ao conceito colocado através da organização. O trabalhador deixa de ser um simples produtor individual responsável por si, ou seja, o trabalho como sinônimo de identidade operária, como fundou a ética hegemônica criada pela elite nacional, e por meio da associação cria a novidade política, possível somente no sentimento de identificação com o outro, na organização, no sentir-se junto com os demais:

É nesse ponto que a ruptura, entre a ética do trabalho defendida pela burguesia e a concepção sustentada pelos dirigentes operários, se configura: na organização. Se trabalhar para viver marca a condição operária, é a atuação organizada que acaba por lhe conferir a condição de classe de forma mais evidente. (BATALHA, 1991-1992, p. 122).

Como já mencionado, mesmo com o rompimento da ética da norma estabelecida, há um grande debate nas formas organizacionais; o lugar ideal para o operário se representar e realizar suas ações.

Podemos questionar sobre a veracidade da finalidade das primeiras organizações operárias nas décadas iniciais do período republicano, principalmente na ausência de anseios dos sindicatos em transformar o contexto social e não se restringirem ao mero prestígio da

classe, mas o que nos parece inquestionável é o afastamento da ética de trabalho do projeto anarquista em relação as demais; os planos, métodos, as dessemelhança com os demais projetos operários, quanto da construção da ética estabelecida da ordem liberal.

Por outro lado, temos os socialistas cooperativistas liderados por Custódio Sarandy Raposo, grupo que solicitava apoio governamental e era claramente contra medidas revolucionárias; defendiam a economia de livre empresa, sendo a organização sindical uma associação de luta pelos interesses dos trabalhadores, mas dentro da lógica estabelecida e da legalidade (GOMES, 2005, p. 117). A conquista exige o afastamento do trabalhador do cenário político, da contrariedade; aproxima-o do acordo entre capital e trabalho, de reivindicações estritamente técnicas, restringindo sua atuação para a construção de uma legislação. A mudança deveria não apenas ser gradual e dentro da ordem estabelecida, mas aliada ao desenvolvimento econômico proporcionado pela indústria, distinguindo-se fundamentalmente do pressuposto anarquista.

As práticas grevistas muitas vezes estavam compreendidas de resoluções diretas no cotidiano do trabalhador, exaurido pela jornada de trabalho imposta, na arbitrariedade do patronato, no salário insatisfatório, nas regras controladoras no interior das fábricas, demissões, entre outros problemas que atingiam diretamente a vida diária do operário. O motivo do início das greves geralmente está associado à disciplina imposta dentro da fábrica, as multas pelo desvio de comportamento do operário avesso as normas, além da indisposição contra a arbitrariedade dos chefes e patrões (SEIXAS, 2004, p. 136). São diversos fatores que levaram em vários momentos às paralisações dos operários, sendo muitas pontuais – de ofícios determinados – ou amplas, como a grande greve em julho 1917 em São Paulo, ou mesmo a greve geral de 1907 organizada pela Federação Operária de São Paulo (FOSP).¹⁵

Como aponta Jacy Alves Seixas (2004), no decorrer das duas primeiras décadas do século XX, três reivindicações essenciais aparecem nas ações grevistas; inicialmente a questão salarial e a carga horária de oito horas de trabalho (greve geral de 1907) e, num segundo momento, a liberdade e o reconhecimento do sindicato como representação dos trabalhadores (SEIXAS, 2004, p. 130). As discussões relativas à liberdade e à autonomia sindical, que seriam o centro das resoluções no Governo Provisório nos primeiros anos da

¹⁵ Não podemos esquecer a ascensão das ações grevistas entre 1917-20, são 196 greves só no Estado de São Paulo. Olhar Fausto (1976).

década de 30, já estavam presentes nas greves de 1917 e 1919; a proposta é o reconhecimento da organização sindical como frente de negociação pelo patronato.

Com a fundação do Partido Comunista em 1922, o debate entre os anarquistas e comunistas ganha uma intensidade substancial. Os comunistas compreendem o sindicato – além do partido – como lugar da organização ativa dos trabalhadores; buscam nele aliar a ação política, baseado em sua ideologia, com as necessidades reivindicativas do cotidiano do operário, recuperando a tradição iniciada pelos socialistas; como bolsas de trabalho para o desempregado, pensões, aposentadorias, entre outras, ações sempre criticadas pelos anarquistas (GOMES, 2005, p. 160).

O período é conhecido também pela transformação ambígua nas relações administrativas entre Estado, elite empresarial e trabalhadores: temos por um lado o aumento da repressão às iniciativas grevistas e paralisações por meio do Estado, estimulado pelo levante tenentista, mas já em andamento desde a década anterior, em especial no combate aos anarquistas. E por outro, decretos beneficentes que auxiliam os operários – embora pouco efetivas; reivindicações presentes nas lutas dos anos anteriores. Desde 1919 elas surgem e permeiam os anos seguintes: Lei de Acidente de Trabalho (1919), Lei Eloy Chaves (1923 – caixa de aposentadorias e pensões), direito a férias dos trabalhadores (1926), Lei de Férias e Código dos Menores (1926), entre outras medidas. Independentemente das motivações da burguesia com o governo, ao promulgar as medidas – sejam assistencialistas ou controladoras – o que podemos compreender é o aumento da preocupação que as organizações operárias começam a gerar nos setores dominantes. Como aponta Maria Célia Paoli (2003), a Primeira República é caracterizada como um período de *conjunções particulares e simultâneas*:

De um lado, a conjunção entre liberdade e necessidade, arbítrio patronal e luta por regulações negociadas; de outro, as também simultâneas repressão violenta e domesticação política por parte de patrões e governo, e suas respostas às ações grevistas e à circulação da palavra impressa por jornais operários, que demandam direitos e denunciam as insustentáveis condições de vida. (PAOLI, 2003, p. 177).

O empresariado e o Estado Republicano

Compreender a formação do Estado Republicano e a estrutura teórica do empresariado brasileiro requer necessariamente entender o ideário liberal, impossível no caso desse trabalho. O que podemos apontar é que constantemente vimos a historiografia colocá-los

numa aliança contínua contra as organizações operárias, defendendo seus interesses como se sempre fossem os mesmos. Um primeiro ponto nos serve para dismantelar rapidamente essa suposta consonância: temos uma multiplicidade empresarial, dos pequenos aos grandes, dos mais conservadores, intransigentes as mudanças na lógica trabalhista aos mais assistencialistas corporativos.

Outro ponto, é que mesmo o Estado mantendo sua estrutura hegemônica de conservação da ordem estabelecida, nem sempre se posta exatamente da mesma maneira. Temos o presidente Artur Bernardes (1922-26) que estabeleceu o estado de sítio motivado pelo levante tenentista, colocando o recém Partido Comunista na ilegalidade, dificultando qualquer organização classista. Entretanto, como já apontado, foi no seu governo que os debates das questões sociais entraram em pauta na Câmara. Poderíamos aqui afirmar a aliança do Estado com o empresariado, na tentativa de cooptar o trabalhador através de seus decretos em auxílio à classe, entretanto, não podemos incorporar todo o empresariado no mesmo interesse econômico ou assistencial.

E, finalmente, a intervenção do Estado no mercado de trabalho não é necessariamente aceita pelo empresariado, mas também não é inteiramente repelida. Existe aí a necessidade de desconsiderar uma perspectiva meramente dicotômica, simplificando a questão, como já apontara Ângela de Castro Gomes (GOMES, 1996). O empresariado que também estava em desenvolvimento, principalmente em se associar como grupo político, entende o intervencionismo estatal como uma possibilidade de referência no cenário público das ações federais:

O principal aspecto a ser assinalado é o reconhecimento formal da necessidade de uma legislação que regule as relações entre capital e trabalho – ou seja, a ausência de uma pura rejeição entre intervencionismo, mesmo no que se refere ao mercado de trabalho. Este reconhecimento tem implicações políticas importantes, na medida em que coloca o empresariado no circuito do debate como ator não só legítimo como também privilegiado. Logo, o primeiro ‘ganho’ desta estratégia tem sentido expressivo. Implica na possibilidade de construção de uma área específica de competência do empresariado, área sustentada pela boa vontade para o diálogo, e, portanto, para a negociação política. (GOMES, 1996, p. 98).

Ou seja, o empresariado parece compreender seu próprio desenvolvimento na medida em que ganha corpo e importância no cenário nacional, justamente pelo crescimento industrial nos centros urbanos e no destaque dado as organizações operárias; ser colocado nas decisões federais aumenta sua influência e participação no mundo público. Assim como não existe uma

coligação evidente, também não há uma separação antagônica; há uma relação de forças, onde o empresariado procura construir limites de ação do Estado, demarcando os conflitos e ganhando força para defender seus pressupostos econômicos, mas também se distanciando de uma lógica de confronto com o poder público (GOMES, 1996, p. 100). Essa consideração distancia-se do estudo até então dominante, onde se colocava o empresariado totalmente avesso a intervenção do Estado no mercado de trabalho, confrontando e resistindo às diretrizes unilaterais, especialmente entre nos anos 1917-27, período das principais medidas trabalhistas:

E, como se trata de livre jogo de correlação de forças, a burguesia industrial perde o controle do processo, resultando daí uma intervenção do Estado no mercado de trabalho, com abrangência maior do que a esperada, regulamentando a jornada do menor e da mulher e a lei de férias no comércio e na indústria, medidas totalmente contrárias aos seus interesses. Na conjuntura, elas respondem às pressões de parcelas do movimento sindical lideradas pelos comunistas e cooperativistas, atuantes sobretudo no Rio de Janeiro. À burguesia resta uma saída: resistência. É o que ela faz e, com isso, impede a implementação, por parte do Estado, de mecanismos de controle para a sua efetivação. (SILVA, 1990, p. 48).

Entender a ingerência do Estado como uma ação reativa as ações grevistas, parece um pouco arriscado, na medida em que o intenso processo do movimento operário nos anos anteriores, ininterrupto, mesmo em alguns momentos de crise e de forte repressão policial, não parece ameaçar a estrutura vigente a ponto de forçar um rompimento com o empresariado em favor das ações operárias. Desprivilegiar o empresariado sem qualquer consulta, mas como um choque de domínio pelo poder, não parece condizer com um documento do Centro de Comércio e Indústria de São Paulo logo em sequência das greves de 1917, analisado por Ângela de Castro (1996), onde a associação parece concordar com certo intrometimento, desde que haja um favorecimento nos interesses tarifários:

A conclusão do empresariado paulista é positiva, convocando-se outra reunião para discutir os assuntos específicos que poderiam ser alvo da legislação, bem como o estabelecimento de contatos com o Presidente do Estado, visando influir no projeto que estava em discussão. Na ocasião, afirmava-se igualmente o quanto a boa-vontade patronal, no que se referia à criação de benefícios para o operariado, deveria ser recompensada com uma política governamental favorável a seus interesses tarifários, créditos etc. (GOMES, 1996, p. 99).

Importante entender que a discussão da interferência do Estado no mercado de trabalho, a ampliação das relações entre este e o empresariado, tendem a aumentar e se tornar

mais complexas, principalmente nos primeiros anos do Governo Provisório de Vargas, afastando-se ainda mais da dicotomia já questionada nesse momento anterior.

Referências

ARENDDT, Hannah. **A Condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **A formação do mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Editora Alameda, 2008.

BATALHA, Cláudio. Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): Atipicidade ou Legitimidade. **Revista Brasileira de história**, São Paulo, v. 12, n. 23, p. 111-124, set. 1991/ago. 1992.

BATALHA, Cláudio. Vida associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. **Anos 90 – Revista do Programa de Pós-graduação em História da UFRG**, Porto Alegre, v. 5, n. 8, p. 91-99, dez. 1997.

BRESCIANI, Maria Stella. Forjar a identidade brasileira nos anos 1920-1940 *In*: HARDMAN, Francisco (Org.) **Morte e progresso**: cultura brasileira como apagamento de rastros. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

BRESCIANI, Maria Stella. O cidadão da República – Liberalismo versus positivismo Brasil: 1870 - 1990. *In*: Dossiê Liberalismo/Neoliberalismo. **Revista USP**, São Paulo: USP, n. 17, p. 122-135, 1993.

CAPELATO, Maria Helena. Estado Novo: novas histórias. *In*: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2001.

CARONE, Edgar. **A República Nova (1930-1937)**. São Paulo: Editora Difel, 1974.

CARONE, Edgar. **Movimento operário no Brasil (1877-1944)**. São Paulo: Editora Difel: 1984.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. Os três povos da República. **REVISTA USP**, São Paulo, n. 59, p. 96-115, set./nov. 2003.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CRUZ, Heloísa. Mercado e política, 1890/1915. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 7, n. 14, p. 115-130, mar./ago. 1987.

DECCA, Edgar S. de. **O Silêncio dos Vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social**. Rio de Janeiro: Difel, 1976.

FERLA, Luís. **Feios, sujos e malvados sob medida**: a utopia média do biodeterminismo. São Paulo: Alameda, 2009.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GOMES, Ângela de Castro. A República não-oligárquica e o liberalismo dos empresários. *In*: SILVA, Sérgio; SZMRECSÁNY, Tamás (org.). **História econômica da Primeira República**. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1996.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**, Campinas: Papyrus, 1986.

MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de Souza. **O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1979.

PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder; TELLES, Vera. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: ANPUH-USP, n. 6, set. 1983. p. 129-149.

PAOLI, Maria Célia. Movimentos sociais, movimentos republicanos? *In*: SILVA, Fernando; NAXARA, Márcia; CAMILOTTI, Virginia (org.). **República, liberalismo, cidadania**. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2003.

PAOLI, Maria Célia. Trabalhadores e cidadania, experiência do mundo público na história do Brasil moderno. **Estudos avançados**, São Paulo: v. 3, n. 7, p. 40-66, set./dez. 1989.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. O mercado de trabalho na cidade de São Paulo nos anos vinte. *In*: SILVA, Sérgio; SZMRECSÁNY, Tamás (org.). **História econômica da Primeira República**. São Paulo: Hucitec/FAPESP 1996.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. Várzea do Carmo, lavadeiras, caipiras e “preto veios”. **Memória e Energia**, São Paulo: Fundação Patrimônio Histórico de Energia de São Paulo, n. 27, 2000.

SEIXAS, Jacy. Ação direta, greves, sabotagem e boicote: violência operária ou pedagogia revolucionária? *In*: CANCELLI, Elizabeth (org.). **Histórias de violência, crime e lei no Brasil**. Brasília, DF: Editora UnB, 2004.

SILVA, Zélia. **A domesticação dos trabalhadores nos anos 30**. São Paulo: Editora Marco Zero, 1990.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 2002a, v. 1.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão.** São Paulo: Paz e Terra, 2002b, v. 2.

TOLEDO, Edilene. **Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República.** São Paulo: Abramo, 2004.

VERSIANI, Flávio Rabelo. Escravos, homens livres e imigrantes: notas sobre a oferta para a indústria no Período até 1920. A República não-oligárquica e o liberalismo dos empresários. *In: SILVA, Sérgio; SZMRECSÁNY, Tamás (org.). **História econômica da Primeira República.*** São Paulo: Hucitec/FAPESP 1996.